

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.989 - PB (2019/0124845-3)**

**RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL**  
**ADVOGADO : JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101**  
**AGRAVADO : RITA NUNES MARTINS**  
**ADVOGADOS : GILMARA FERNANDES MACHADO HEIL - SC013080**  
**CARLOS ROBERTO SCÓZ JUNIOR - PB023456A**

### **DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interno interposto por FEDERAL DE SEGUROS S.A. contra decisão monocrática de fls. 462-463 proferida pelo Ministro Presidente do STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, nos seguintes termos:

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: razões recursais dissociadas do acórdão recorrido - Súmula 284/STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o referido fundamento.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

(...)

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Nas razões do agravo interno (fls. 466-486), a recorrente sustenta, em síntese, que houve a devida impugnação dos fundamentos da decisão de admissibilidade do recurso especial, motivo pelo qual entende que o *decisum* objurgado deve ser reconsiderado.

É o relatório.

Decido.

2. Analisando as razões do agravo em recurso especial de fls. 447-451, percebo que, de fato, houve a devida impugnação dos fundamentos utilizados pela Corte de origem para inadmitir o recurso especial, conforme se extrai o seguinte excerto:

Inicialmente, quanto à alegação de que a Agravante não teria fundamentado suas razões recursais, não impugnando de maneira

específica a decisão objeto do recurso, tem-se que esta, data venia, não merece prosperar. Isto porque a Seguradora ora Agravante demonstrou todos os artigos violados através da decisão anteriormente recorrida, fundamentando suas razões recursais.

Nota-se que no Recurso Especial interposto por esta seguradora em seu tópico VI asseverou a necessidade de reconhecimento da legitimidade da Caixa para figurar no polo passivo da demanda, de modo que não há como desvincular a ilegitimidade da Caixa Econômica Federal da legitimidade da Caixa Econômica Federal. Veja-se:  
(...)

Sendo assim, reconsidero a decisão ora agravada, em juízo de retratação, impondo-se uma nova análise da insurgência.

3. Trata-se de agravo interposto em face de decisão que não admitiu o recurso especial, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DECISÃO QUE AFASTA INTERESSE DA UNIÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INCONGRUÊNCIA ENTRE AS RAZÕES DEDUZIDAS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO E O QUE RESTARA DECIDIDO NO ATO JUDICIAL RECORRIDO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO (ART. 932, III, DO CPC/15). AUSÊNCIA DE EFEITO TRANSLATIVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA MANTIDO INCÓLUME. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática que, com supedâneo no art. 932, III, CPC/15, inadmitiu agravo de instrumento em virtude da incongruência entre as razões deduzidas pela agravante no recurso e o que restara decidido no ato judicial recorrido.

2. Não se sustenta o argumento de que a decisão agravada instrumentalmente excluiu a Caixa Econômica Federal da lide e atribuiu legitimidade passiva à seguradora, pois a leitura do referido decisum permite constatar que tão somente foi analisado o interesse da União em ingressar na demanda e, com base nisso, a competência da Justiça Federal para processá-la e julgá-la.

3. Em que pese a adução de ilegitimidade passiva concernente às apólices de mercado (ramo 68) ter sido levantada pela seguradora no bojo de seu agravo de instrumento, tal alegação foge à devolutividade desse recurso, haja vista o agravo de instrumento, por não possuir efeito translativo, apenas devolver para o tribunal as matérias que efetivamente tenham sido debatidas no ato judicial recorrido.

4. Permanece incólume o fundamento da decisão fustigada pelo presente agravo interno, vez que inexistentes argumentos hábeis a promover a sua desconstituição.

5. Agravo interno não provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 421-436), a parte agravante alega que a Corte Regional "...violou a Lei 12.409/2011, a MP 633/2073, recentemente convertida na Lei 73.000/2014, quando determinou a remessa dos autos à justiça estadual, ante a exclusão da Caixa Econômica Federal da lide, com base no julgamento dos EDCI nos EDCI no Recurso especial n. 1.091.393/SC ,entendimento este que está totalmente ultrapassado".

Aduz que houve contrariedade ao art. 1º da Lei 12.409/2011, sob a assertiva de que "...a Caixa Econômica Federal deverá atuar efetivamente como parte nas ações regidas pela Apólice Pública, bem como quando identificadas quaisquer das situações contidas nos incisos I a V do parágrafo 1º do Art 2º da Resolução nº 364/2014, devendo o órgão juriconsulto responsável pela demanda específica oportunizar a participação efetiva do ente público na demanda".

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

4. A irrisignação não prospera.

Inicialmente, verifica-se que a recorrentes alega violação à MP 633/2073, convertida na Lei 73.000/2014, sem contudo, proceder, de forma clara e precisa, à individualização dos artigos de lei supostamente contrariados.

Conforme a jurisprudência desta Corte, a falta de particularização dos dispositivos legais que teriam sido ofendidos impede a admissibilidade do recurso especial, ante a deficiência de sua fundamentação, atraindo o óbice da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. Considerando que o Recurso Especial vocaciona-se a defender a higidez do direito objetivo e a unificar a jurisprudência em matéria infraconstitucional, é imprescindível que o insurgente exponha com clareza os dispositivos legais que teriam sido violados por ocasião de julgamentos emanados das instâncias inferiores.

2. Conforme orientação do STJ, a não individualização de artigo de lei supostamente violado impede a admissibilidade do Recurso Especial. Aplica-se, por analogia, a Súmula 284 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia." 3. De igual modo, incide a Súmula 284/STF à alegada divergência jurisprudencial. Na análise das razões recursais, nota-se que não se delimitou o dispositivo legal objeto de interpretação divergente entre tribunais. A deficiência na fundamentação obsta o conhecimento do recurso fundamentado também na alínea "c".

4. Recurso Especial do qual não se conhece.

(REsp 1695232/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -

ACÇÃO DE DESPEJO E COBRANÇA DE ALUGUÉIS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

(...)

4. No recurso interposto pela alínea "a" do permissivo constitucional é imprescindível a individualização do artigo de lei federal tido por violado, sem o que incide, por analogia, a Súmula 284 do STF.

5. Incidência da Súmula 182 do STJ e do teor do artigo 1.021, § 1º, CPC/15, quanto às alegações de inépcia da inicial, da causa interruptiva da prescrição, de ausência de planilha de cálculo com a discriminação da dívida e de retenção das benfeitorias necessárias e úteis. Razões do agravo interno que não impugnam os fundamentos da decisão monocrática nos referidos pontos.

6. Agravo interno parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido. (AgInt no AREsp 623.110/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017)

É imprescindível que no recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional **sejam particularizados de forma inequívoca** os normativos federais supostamente contrariados pelo tribunal de origem, cuidando o recorrente de demonstrar, mediante argumentação lógico-jurídica competente à questão controversa apresentada, de que maneira o acórdão impugnado teria ofendido a legislação mencionada.

O não atendimento quanto à indicação clara e precisa de como se teria dado violação aos dispositivos legais arrolados configura fundamentação deficiente e não permite a compreensão da exata controvérsia a ser dirimida. Isso porque a controvérsia a ser tratada no recurso especial, sob a baliza da alínea "a" do art. 105, inc. III, da CFRB, respeita solver discussão quanto à contrariedade ou negativa de vigência perpetrada pelo tribunal *a quo* à legislação ou tratado federal em sua aplicação ao caso concreto.

Adverta-se que **o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação e como se teria dado essa violação.** Compete à parte recorrente indicar de forma clara como teria ocorrido a violação do dispositivo legal que entende vulnerado.

5. Ademais, vale ponderar que o Sodalício de origem proferiu o seguinte entendimento quando do julgamento do recurso lá interposto (fls. 416-417):

É descabido, dessarte. o manejo do agravo de instrumento para impugnar questões estranhas à decisão recorrida, que nela não tenham sido consignadas ou sequer estivessem sujeitas à apreciação. Permanece, pois, incólume o fundamento da decisão fustigada pelo presente agravo interno, qual seja, a falta de congruência entre as razões deduzidas no agravo instrumental e o que restara decidido no ato judicial por ele recorrido, ante a inexistência de argumentos hábeis a promover sua desconstituição.

A recorrente, por sua vez, propõe em seu recurso especial a discussão da

legitimidade da CEF para intervir no feito, ponto este que nem sequer foi efetivamente apreciado pela instância de origem, não havendo na parte meritória de seu recurso, qualquer argumentação apta a desconstituir a conclusão alcançada pelo Tribunal local.

Desse modo, afirmo que as alegações contidas no apelo especial não possuem elementos suficientes para infirmar as razões colacionadas no aresto objurgado, pois não atacam especificamente os fundamentos utilizados pelo Tribunal local para dirimir a controvérsia, o que impõe o não conhecimento da pretensão, a teor do entendimento das Súmulas 283 e 284 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação a fundamento autônomo.

Cito precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a impugnação, no agravo, de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz a preclusão das matérias não impugnadas.

**2. A falta de exposição sobre o modo como teriam sido violados aos dispositivos de lei invocados, bem como a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, além da apresentação de razões dissociadas desse fundamento impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.**

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1210184/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA REDUÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. RENDA MENSAL MÉDIA DA GENITORA. FUNDAMENTOS INATACADOS. ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS ADOTADAS. INVIABILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

**2. Tais fundamentos, autônomos e suficientes à manutenção do v.acórdão recorrido, não foram impugnados nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência das Súmulas 283 e 284 do STF. Em âmbito de especial, é indispensável demonstrar o cabimento do recurso e o desacerto do acórdão impugnado.**

3. Outrossim, as peculiaridades destacadas pelo acórdão recorrido afastam o cabimento do recurso especial com base no dissídio jurisprudencial (Súmula 7/STJ). Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1067066/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 21/11/2017)

6. Ainda na esteira do fundamento anteriormente exposto, destaca-se que, para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Na presente hipótese, a parte insurgente alega violação do art. 1º da Lei 12.409/2011. No entanto, verifica-se que o referido dispositivo legal não foi analisado e aplicado pela Corte *a quo*, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DO PRAZO NÃO APRECIADO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O recurso interposto quase dois meses após o decurso do prazo legal, sem que tenha sido deferido pela instância ordinária o pedido de devolução do prazo, revela-se intempestivo.

2. O Tribunal de origem não se manifestou sobre a ocorrência de motivo de justa causa (art. 182, c/c o art. 183 do CPC/73), ou eventual configuração da hipótese do art. 507 do CPC/73, não podendo tais matérias ser apreciadas por esta Corte sem o devido prequestionamento. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1344786/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CARTÃO DE CRÉDITO. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA. PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE FATOS. SÚMULAS 282 E 356/STF E 7/STJ.

1. Não se admite o recurso especial quando a questão federal nele suscitada não foi enfrentada no acórdão recorrido. Incidem as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal (STF).

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1099858/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

# *Superior Tribunal de Justiça*

7. Ante o exposto, reconsidero a decisão da Presidência desta Corte proferida às fls. 462-463. Todavia, pelas razões acima aduzidas, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator